

Cresce presença feminina nas eleições

Malu Pires



A participação da mulher na política do DF teve um crescimento de 466% em relação ao pleito de 1986, mas a presença feminina ainda se restringe a cargos secundários. Se nas eleições passadas apenas três concorreram ao Senado e 12 à Câmara dos Deputados, hoje 70 candidatas compõem as chapas partidárias, mas em vagas onde o poder de decisão é relativo. A observação da composição das vagas majoritárias confirmam esta situação — não existe nenhuma mulher na disputa para governador ou ao Senado — as cadeiras mais cobiçadas do pleito de três de outubro próximo.

Nos cargos majoritários a presença feminina está marcada pela sua indicação para vice-governadora — Márcia Kubitschek (PRN), Arlente Sampaio (PT), Ada de Lucca (PMDB) e Olgarida Pacheco (PT do B) e primeiro suplente de senador — Cecília de Oliveira (PMN). Vagas com função administrativa e de mando indefinida, que dá oportunidade de execução só quando os titulares se ausentam dos cargos.

Em relação aos cargos proporcionais sua participação cresce. Tempos 21 mulheres na corrida por uma das oito vagas da Câmara dos Deputados e 44 na disputa por uma das 24 cadeiras da Câmara Legislativa, num total de 551 candidatos nesta área. É neste setor, entretanto, que a presença feminina obteve sucesso em Brasília. Nas eleições passadas 170 concorreram à Câmara Federal — apenas 12 mulheres estavam inscritas —, e, mes-



Ailton C. Freitas



Oswaldo Reis



Jorge Cardoso

Ada de Lucca (PMDB), Arlete Sampaio (E) e Márcia Kubitschek (PRN) concorrem à vice-governadoria nas eleições de 3 de outubro

mo assim, duas foram eleitas; Maria de Lourdes Abadia (PSDB/46.016 votos) e Márcia Kubitschek (PRN/22.746 votos).

Preconceito

Nem mesmo a criação do Partido Brasileiro de Mulheres (PBM) em Brasília, agremiação, segundo sua presidente, Moema Andrade, criada para “colocar a mulher nas posições de mando”, consegue servir de catalizador da presença feminina na política do DF. O partido participa da Frente Liberal Comunitária, coligação que lançou 37 candidatos às próximas eleições, e só conseguiu indicar seis pessoas do seu quadro para compor a chapa — Laís Aderne — deputada federal e Maria Inês Mourão, Nair de An-

drade, Vera Versiani, Joana Darc Rodrigues, além da presidente do PBM a deputada distrital.

Ciente deste contexto, elas têm explicação para esta situação: a cultura brasileira que difundiu durante séculos a idéia de que a mulher tem de ficar na cozinha, a recente ocupação feminina no mercado de trabalho com salário importante para a renda familiar, a dificuldade de desenraizar estas teses do consciente e inconsciente da sociedade e da própria mulher.

Mesmo em países desenvolvidos, acentuam representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o processo de participação política feminina ainda não se de-

envolveu plenamente. Razão pela qual consideram o crescimento de 466% “significativo” do avanço da luta feminina em Brasília, embora reconheçam que levará anos para as mulheres ficarem em pé de igualdade na divisão dos postos de mando.

Exceções

As exceções, afirmam, só confirmam a regra. Para ocupar cargos executivos a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, as deputadas federais eleitas ou as candidatas quase renunciam à sua vida particular e lhes são feitas exigências que não se faziam a um homem nos mesmos cargos. Se, por um lado, isto dá mais

confiabilidade à mulher que ocupa posto público, frisam, de outro dividem o mito da supermulher.

Os partidos, assegura o CNDM, usam as mulheres como chamariz eleitoral de liberalidade e modernidade, tentando atingir a maioria das pessoas do eleitorado, que são as de sexo feminino. Abre espaço para papéis secundários mas cabe à mulher roubar a cena, prevê. Nenhuma das agremiações com mulheres como candidata a vice-governadora, entretanto, reconheceu esta situação. A opinião geral é de que “em breve” haverá mulheres nas disputas majoritárias. Sua ausência hoje nestes cargos “é fruto do contexto”.